



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

Petrópolis, 20 de setembro de 2022.

PARECER

Projeto de Lei LOA 2023 – Processo GP nº 565/2022

CMP nº 4757/2022 – DAJ nº 335

**EMENTA: ESTIMA RECEITA E FIXA
A DESPESA DO MUNICÍPIO DE
PETRÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO
DE 2023.**

I- Introdução

Trata-se de análise do Projeto de Lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Petrópolis para o exercício financeiro de 2023, em consonância ao disposto no artigo 104, da Lei Orgânica do Município – LOM, no que se refere às metas e prioridades previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O presente Projeto de Lei deverá atender aos princípios orçamentários da anualidade, unidade, universalidade, exclusividade, especificação, publicidade, orçamento bruto, não afetação e equilíbrio, previstos em mecanismos regulatórios da Constituição Federal, a Lei Federal 4.320/64, e os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº. 101/2000.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

II- O Relatório

A lei Orçamentária Anual – LOA é uma Lei elaborada pelo Poder Executivo estabelecendo as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano, no presente caso, 2023.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 165, parágrafo 5º reza:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou

indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Em relação aos orçamentos previstos nos incisos I e II supramencionados, esses deverão ser compatibilizados com o



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

Plano Plurianual e terão dentre suas, funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, na forma do parágrafo 7º, do artigo 165 da Constituição Federal.

Desta forma, o projeto de lei orçamentária deverá ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, como reza o parágrafo 6º do artigo 165 da Constituição Federal.

A LOA não poderá conter dispositivos estranhos a previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos do parágrafo 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Vale esclarecer que a LOA deve ser orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, além de estar simetricamente alinhada com o Plano Plurianual e aos ditames da Lei Federal nº 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro, e da Lei Complementar Federal 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

III- Do Parecer

O Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo prevê a estimativa de receitas e fixação de despesa do Poder Legislativo, e do próprio Poder Executivo representado pelas entidades da administração direta, indireta – autárquica e fundações pública,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

além do orçamento de investimento das companhias de economia mista controlados pelo município, cumprindo o princípio da universalidade.

O artigo 2º do Projeto de Lei estima a receita anual no valor de R\$ 1.484.772.646,49 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), estabelecendo os valores de orçamento fiscal e da seguridade social, conforme o texto a seguir:

"Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente está estimada em R\$ 1.484.772.646,49 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 1.109.359.342,49 (um bilhão, cento e nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil e quarenta e nove centavos);

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 375.413.304,00 (trezentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e quatro reais)."

Anexada Tabela explicativa da receita enviada pelo Poder Executivo. Pág. 19 e 20.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

A despesa fixada para o orçamento a ser executado no exercício de 2023, estabelecida no artigo 5º do Projeto de Lei, define as aplicações ao orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social:

Art. 5º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 1.484.772.646,49 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis e quarenta e nove centavos), desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 869.898.414,49 (oitocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos);

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 614.874.232,00 (seiscentos e quatorze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais).

Anexada a Tabela explicativa da despesa enviada pelo Poder Executivo, como segue:

TABELA EXPLICATIVA DA DESPESA						
DISPOSIÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR (%)	VALOR (%)	VALOR (%)
1.1.1.0.00.00.00.22	Receitas Correntes					
1.1.1.0.00.00.00.23	Impostos, Taxas e Contribuições devidas					
1.1.1.0.00.00.00.24	Impostos					
1.1.1.0.00.00.00.25	Taxas					
1.1.1.0.00.00.00.26	Concessões					
1.1.1.0.00.00.00.27	Outras Receitas Correntes					
1.1.2.0.00.00.00.12	Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento da Pátria					
1.1.2.0.00.00.00.28	DEB II Profissional					
1.1.1.0.00.00.00.29	Fazenda Pública - Imposto sobre Produtos da Extração Mineral					
1.1.2.0.00.00.00.30	Valores Mobiliários					
1.1.2.0.00.00.00.31	Reservas de Despesa					
1.1.2.0.00.00.00.32	Títulos Financeiros Externos					
1.1.2.0.00.00.00.33	Transferências para a União e para Estados e Municípios					
1.1.2.0.00.00.00.34	Participação no Fazenda Pública Federal e Estadual					
1.1.2.0.00.00.00.35	Reserva para Participação Financeira na exploração de Recursos Naturais					
1.1.2.0.00.00.00.36	Defesa da Natureza e dos Recursos Naturais - Fundo Estadual					
1.1.2.0.00.00.00.37	Transferência para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Pesca - FUNDEP					
1.1.2.0.00.00.00.38	Transferência para Recursos da Fazenda Pública - Imposto sobre Produtos da Extração Mineral					
1.1.2.0.00.00.00.39	Transferência para a União e para Estados e Municípios					
1.1.2.0.00.00.00.40	Obras de Infraestrutura da União e para Estados e Municípios					
1.1.2.0.00.00.00.41	Transferência das Estatais e do INSS para as Unidades Federais					
1.1.2.0.00.00.00.42	Participação no Clube das Velhas e Pensionistas					
1.1.2.0.00.00.00.43	Transferência da Companhia Federal de Participação na Reserva Petrolífera					
1.1.2.0.00.00.00.44	Transferência do Tesouro da União para o Fundo Social - SIS					
1.1.2.0.00.00.00.45	Outras Transferências das Unidades Federais					
1.1.2.0.00.00.00.46	Apóio à Gestão das Unidades Federais					
1.1.2.0.00.00.00.47	Outras Receitas Correntes					
2.8.0.0.00.00.00.20	Reservas de Capital					
2.1.0.0.00.00.00.01	Reserva de Contas					
2.9.0.0.00.00.00.02	Merenda de Rua					
2.4.0.0.00.00.00.03	Transferência da Capital					
2.8.0.1.0.00.00.02	Reserva Geral e de Reparações					
7.7.0.0.00.00.00.10	Correção					
2.2.0.0.00.00.00.03	Riscos Particulares					
2.6.0.0.00.00.00.04	Prest. de Serviços					
2.6.0.0.00.00.00.05	Ativ. das Reservas Correntes					
4.4.0.0.00.00.00.06	Pré-Contrapartida da Arrendatária					
Total das Despesas						
- R\$ 1.484.772.646,49						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

TABELA EXPLICATIVA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2.010	2.024	2.025	R\$	1.602
		2021/2024	2021/2024	2021/2024	2022	2022
2.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.130.125,46	1.297.489,93	1.360.761,95	1.338.669,32
2.0.00.00.01	IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS		611.413,64	620.667,63	612.811,76	516.399,39
2.1.00.00.02	APLICAÇÕES CORRENTES		510.001,68	397.723,62	507.005,76	507.002,41
2.1.01.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DE RECEITA DE CAPITAL (2.0.00.00)		28.410,20	12.080,03	28.537,00	19.217,00
2.1.01.00.01	IMPOSTOS FEDERATIVOS DA CUSTA		2.311,58	5.951,84	51.000,00	14.408,60
2.1.01.00.02	APLICAÇÃO DIRETA		2.612,12	7.657,42	4.369,00	4.600,00
2.1.01.00.03	APLICAÇÃO DIRETA DE CORRENTE DE OPERAÇÃO DIRETA (2.0.00.00)		190,02	0	7.931,00	4.400,00
2.1.01.00.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		502.407,34	471.819,50	519.041,34	542.592,32
2.3.00.00.01	TRABALHOS PÚBLICOS		3.169,17	741,57	7.147,00	759,00
2.3.01.00.00	TRABALHOS PÚBLICOS		0	30,69	50,00	0,00
2.3.01.00.01	TRABALHOS PÚBLICOS SEGURO DE VIDA (2.3.00.00)		4.221,39	4.770,20	2.806,00	2.379,00
2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS E COORDENAÇÃO (EXCEÇÃO DA PARTE MÓVEL DA RENDA)		0	16.265	0	166.432
2.7.00.00.01	APLICAÇÕES CORRENTES		510.560,70	340.429,00	519.749,70	518.277,70
2.7.01.00.01	APLICAÇÃO DIRETA DE CAPITAL (2.0.00.00)		120,12	50,32	0,00	12,00
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00	41.666,64	91.518,86	99.091,48
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.492,84	20.000,00	12.281,16	10.183,48
4.4.01.00.01	ALTAVALORES BANCÁRIOS		20.421,49	56.974,53	24.245,16	16.122,41
4.7.00.00.00	INVESTIMENTOS FINANCEIROS		0	0	1.656,00	1.656,00
4.7.00.00.01	ACUDEMOS CORRETAS		0	0	7.403,00	100,00
4.7.01.00.00	AMORTIZAMENTO DA DÉBITA		8.713,92	10.458,59	11.276,00	14.456,00
4.7.02.00.00	APLICAÇÕES CORRENTES		1.162,46	10.318,59	11.100,00	10.260,00
4.7.03.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DE CORRENTE DE OPERAÇÃO DIRETA (2.0.00.00)		248,00	0	4.081,00	5.260,00
4.7.04.00.00	ATIVARIA DE CONTRIBUIÇÃO		0	0	1.000,00	1.000,00
TOTAL GERAL		4.205.221,64	4.378.724,23	4.513.579,39	4.481.192,44	

Como podemos verificar no Anexo V, e os valores constantes nos artigos 2º e 5º, desta lei apresentam equivalência tanto na receita quanto na despesa para os orçamentos fiscal e da seguridade social.

I- RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL PREVISTAS:

R\$375.413.304,00

II- APORTE DE RECURSOS EM SEGURIDADE SOCIAL:

R\$ 239.460.927,00

III- DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL FIXADAS: I+II+III: R\$

614.874.232,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL PREVISTAS (A)		375.413,604
RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		210.293,261
1.021,01 Coordenadoria Atend. Básica		8.620.000,00
1.021,02 Assistência Especializada Básica		787.739,00
1.021,03 SAÚDE Básica		2.451.350,00
1.021,99 Transferências Fundo a Fundo da Receitas do SUS Provenientes do Governo Federal		21.705.260,00
1.030,01 PAB Fisca		22.320.299,00
1.030,35 Outros Programas Invisíveis P/rtos Transferencia Fundo a Fundo - MAC		135.629.000,00
1.002,40 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Básico		6.602.206,00
1.006,42 Outros Programas Financiados P/rtos Transferencia Fundo a Fundo - Vigilância em Saúde		176.360,00
1.001,61 Componente Extratégico da Assistência Farmacêutica		1.054.575,00
1.001,01 PAB Fisca		6.117.760,00
1.001,35 Outros Programas Financiados por Transferência Fundo a Fundo - MAC		6.040.600,00
RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA - ASSISTÊNCIA SOCIAL		151.165,6
1.010,01 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)		503.000,00
1.010,03 Serviço de Proteção Social Especial da África Central/Amazônia		701.000,00
1.003,18 Gestão do SUAS		64.700,00
1.002,19 Gestão do Projacisa Bacia Família e do Cedasul Órgão		670.200,00
1.005,99 Transferência de Recursos dos Fundos Estatais da Assistência Social		570.000,00
1.001,99 Transferência de Recursos dos Fundos Estatais da Assistência Social		1.015.490,00
RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA - FUNCHAM		1.200,000
1.250,00 Recursos Vinculados ao Fundo		1.200,000
RECURSOS DE APLICAÇÃO VINCULADA - AÇÕES DE PREVIDÊNCIA - RPPS		160.398,187
1.800,00 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Departamento (Planejamento)		10.945.023,00
1.901,00 Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Fundo Financeiro)		140.317.255,41
1.802,00 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Adesivização		0.234.810,00
APORTE DE RECURSOS DO TESOURO EM SEGURIDADE SOCIAL (C- BA)		239.460,527

DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL FINADAS (B = (1) + (2))		614.874,232
AÇÕES SAÚDE (1)		415.204,184
SECRETARIA DE SAÚDE		5.000
1.500,09 Recursos P/rtos Vinculados de Impostos		5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		416.199,188
1.500,04 Recursos P/rtos Vinculados da Impostos		93.740.317,16
1.500,05 Despesas das Despesas com Agente e Batalhão P/rtos da Saúde (SA)		110.074.021,00
1.501,01 Gabinete da Secretaria Atend. Básica		5.360.000,00
1.501,09 Assistência Farmacêutica Estadual		7.835.254,00
1.501,06 MAC/SESAU		2.451.590,00
1.501,02 Transferências P/rtos a Entidades da Administração Pública Estadual		20.822.270,00
1.500,01 PAB Fisca		22.364.250,00
1.500,28 Outros Programas Financiados P/rtos Transferencia Fundo a Fundo - MAC		155.874.000,00
1.500,40 Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Básico		5.602.206,00
1.500,42 Outros Programas Financiados P/rtos Transferencia Fundo a Fundo - Vigilância em Saúde		375.360,00
1.500,47 Componente Extratégico da Assistência Farmacêutica		7.436.571,00
1.501,04 PAB Fisca		8.911.760,00
1.501,35 Outros Programas Financiados por Transferencia Fundo a Fundo - MAC		6.844.501,00
1.500,00 Recursos P/rtos Vinculados à Bases		1.028.000,00
AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2)		17.038,656
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		520.000
1.500,07 Recursos P/rtos Vinculados de Impostos		20.000
1.705,00 Transferência das Entidades Subordinadas a Comunicação Financeira para Aplicações da Previdência Social		500.000
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		15.511,658
1.500,09 Recursos P/rtos Vinculados de Impostos		12.500.000,00
1.500,13 Despesas P/rtos Vinculados da Assist. Social (CRAS)		550.000,00
1.500,07 Despesas P/rtos Vinculados da África Central/Amazônia		787.000,00
1.502,18 Gestão do SUAS		74.700,00
1.500,09 Gabinete da Secretaria Bacia Família e do Cedasul Órgão		429.500,00
1.500,02 Fundo Financeiro da Previdência Social - FNPSS		678.000,00
1.500,09 Transferências das Entidades Subordinadas a Comunicação Financeira para Aplicações Sociais		1.847.446,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		1.205,000
1.500,09 Recursos P/rtos Vinculados de Impostos		65.000
1.750,00 Recursos Vinculados à Bases		1.700.000
AÇÕES DE PREVIDÊNCIA (3)		182.372,392



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

O artigo 9º do Projeto de Lei demonstra o total de recursos que serão administrados no âmbito de cada fundo especial, especificados por unidades orçamentárias, conforme demonstrativos do anexo 9 (folhas 268 até 332).

O Orçamento do Poder Legislativo fixa o valor da Despesa em R\$ 37.552.633,10 (trinta e sete milhões e quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e dez centavos)), conforme o art. 6º desta Lei, cumprindo os limites fixados na Emenda Constitucional 25/2000, modificada pela Emenda Constitucional 58/2009.

Quanto a Despesa Total, fixada por função, por Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos II, VI, VII, VIII e IX e art. 9º desta Lei.

Em seu artigo 8º, fica o Poder Executivo autorizado a adotar medidas para, em decorrência de alteração de estrutura organizacional ou da competência legal ou regimental de órgãos da Administração Direta ou Indireta, instituída pelo Poder Público Municipal, adaptar o orçamento aprovado pela presente Lei, através da redistribuição dos saldos das dotações, das unidades orçamentárias e das categorias de programação, necessária à adequação, obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023, por meio de Crédito Adicional, indicando os recursos necessários às despesas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS**

E em seu artigo 12, quanto a autorização para abertura de crédito suplementares ao orçamento proposto, o Projeto de Lei prevê margem de remanejamento ou transferência de recursos, em 30% (trinta por cento). O percentual autorizado servirá na utilização de recursos previstos pelos incisos do artigo 13 do Projeto de Lei.

O Orçamento das Sociedades de Economia Mista: COMDEP – Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis e CPTRANS – Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes, encontram-se no art. 11 desta Lei, bem como no anexo VI – Demonstrativo I.

O Orçamento da autarquia Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Município de Petrópolis – INPAS, com Receita e Despesa no valor de R\$ R\$ 182.373.387,43 (cento e oitenta e dois milhões, trezentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos), encontra-se no art. 14 desta Lei, bem como no Anexo VI – Demonstrativo II.

Quanto a classificação da despesa fixada, o Projeto Lei cumpre o disposto na Portaria SOF nº 42/1999, estabelecendo as funções e subfunções programáticas, que definem as aplicações de recursos nas diversas áreas de políticas públicas detalhadas nos quadros demonstrativos apresentados.

Segundo o Princípio da Exclusividade, o orçamento só poderá versar sobre a matéria orçamentária. A peça em questão não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TÉCNICOS

contém dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa, conforme disposto no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Este parecer será encaminhado às demais comissões permanentes, para análise de cada assunto pertinente ao seu objeto, propondo que, na oportunidade de análise da Comissão de Orçamento e Finanças, quando deverá construir um parecer aprofundado.

Ante ao exposto, entende a assessoria financeira e a Consultoria Jurídica que o presente projeto, **possui total condição de aprovação**, ressalvando, contudo, o caráter opinativo deste parecer.

A superior consideração.

É o parecer.

Tiago Gomes
Assessor Financeiro
Matrícula 1719.045/21

Sergio de Souza Macedo
Consultor Jurídico
Matrícula 1056.61/2011
OAB/RJ 91.435